

Minuta

CONTRATO que entre si fazem a **COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA-CODEVASF** e a empresa **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, na forma abaixo.

A Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba- CODEVASF, empresa pública federal, criada pela Lei n. 6.088/1974, com atual denominação social por força da Lei nº 9.954, de 06 de janeiro de 2000 e do seu Estatuto baixado pelo Decreto nº 8.258, de 29 de maio de 2014, e alterado pela Ata da Assembleia Geral Ordinária de 11 de novembro de 2020 e Ata da Assembleia Geral Extraordinária de 29 de janeiro de 2021, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.399.857/0040-32, com sede na Rodovia Juscelino Kubitschek, Km 5 - nº 2.600 - Universidade, Macapá – AP, CEP 68903-419, doravante denominada CODEVASF, neste ato representada por seu(ua) superintendente, HILTON ROGÉRIO MAIA CARDOSO, brasileiro, casado, engenheiro eletricitista, portador do RG sob nº 067129 – PTC/AP, e inscrito no CPF/MF nº: **466.439.662-72**, residente e domiciliado nesta Capital, e a empresa **XXXXXXX**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº **00.000.000/0001-00**, estabelecida na **XXXXXXX (endereço)**, Estado **XXXXXXX**, CEP **XXXXXXX**, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por **XXXXXXX**, (nacionalidade), (estado civil), (**qualificação**), portador da Cédula de Identidade nº **XXXXXXX**, inscrito no CPF/MF sob o nº **XXXXXXX**, resolvem assinar o presente Contrato, de acordo com a autorização da Diretoria Executiva da **Codevasf**, expressa na Resolução nº **XXX**, de **XXX** de **XXX**, constante à fl **XXX** do Processo nº 59513.000375/2024-18, decorrente do **Edital de Pregão nº XX/2023**, por Sistema de Registro de Preços, com fornecimento_____ (**integral ou parcial**), que, em observância às disposições da Lei nº 13.303/2016, da Lei Complementar n.º 123, de 14/12/2006, do Decreto nº 8.538/2015 e do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Codevasf, será regulado mediante as seguintes cláusulas e condições, e aplicando-se supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado:

1. Cláusula Primeira - OBJETO

- 1.1. O objeto do presente contrato é o fornecimento, por Sistema de Registro de Preços – SRP, de equipamentos e materiais destinados à estruturação das cadeias produtivas de meliponicultura e horticultura na área de atuação da Codevasf no estado do Amapá, em 46 (quarenta e seis) itens distribuídos em 06 (seis) grupos, conforme descrito no Anexo III do Termo de Referência – Anexo I do **Edital nº XX/2024**.
- 1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.3. Discriminação do objeto:

GRUPO 1		DESCRIÇÃO	QUANTIDADE E VALOR			
ITEM	CATMAT		Unidade	Quantidade	Valor Unit. (R\$)	Valor total (R\$)
1	438645	Enxada em aço carbono, largura mínima de corte de 29 cm e cabo de madeira com no mínimo 145 cm de comprimento.	Und	100	xxx	xxx
2	466631	Pá em aço carbono em formato de bico e dimensão mín. de 32 x 27 cm. Cabo de madeira com no mín.70 cm de comprimento e empunhadura ergonômica.	Und	50	xxx	xxx
3	438599	Vassoura de Jardinagem do tipo regulável. Cerdas em aço carbono com no mín. 18 dentes. Cabo de madeira com 120 cm.	Und	100	xxx	xxx
4	483878	Tesouras de poda. Lâmina em aço com 6 cm (mín.). Cabo revestido com plástico. Mola e fecho.	Und	100	xxx	xxx
5	355376	Regador. Corpo e alça em plástico com bico tipo chuveiro. Capacidade 10 litros.	Und	50	xxx	xxx
6	468625	Carrinho de mão. Caçamba em chapa de aço galvanizado, com roda, pneu e câmara. Capacidade para 50 kg. Pintura eletrostática na cor preta. Dimensões 68 x 132 x 54,5 cm. Padrão de adesivagem nas laterais do carrinho, conforme figura 2 do Anexo III.	Und	50	xxx	xxx
7	221154	Garfo para Jardinagem em aço, cabo de madeira medindo 17,5 cm (mínimo). Largura do garfo 7,2 cm (mínimo).	Und	100	xxx	xxx
8	313879	Sacho em aço carbono com uma ou duas pontas, 25 x 9 cm (comprimento x largura mínimos), cabo em madeira com 40 cm (mínimo).	Und	100	xxx	xxx
9	321859	Pulverizador Costal manual. Tanque em polietileno com capacidade de 20 litros. Boca com diâmetro de 14 cm. Lança de 60 cm com mangueira, gatilho e bico pulverizador. Pressão de trabalho: 15 a 90 LB/POL ² . Padrão de adesivagem, conforme figura 2 do Anexo III.	Und	25	xxx	xxx
10	329425	Machado em aço carbono. Lâmina de 12 cm (mínimo) com tratamento térmico. Cabo de 90 cm (mínimo) em madeira.	Und	25	xxx	xxx
11	452373	Facão em aço carbono. Cabo em polietileno. Comprimento mínimo de 18 pol.	Und	100	xxx	xxx
12	601983	Cavadeira Articulada Lâmina em aço carbono Sae 1042. Cabo de madeira com comprimento mínimo de 120 cm. Garras com comprimento mínimo de 28 cm.	Und	50	xxx	xxx
13	449873	Roçadeira Lateral, motor 2 tempos, gasolina, potência 1,7 KW (mínimo), capacidade do tanque mínimo 1 L, com alças que prende nas costas, misturador de combustível, carretel fio de nylon, lâmina de corte, kit ferramentas e manual de instrução. Garantia mínima de 12 meses.	Und	10	xxx	xxx

14	487734	Motosserra industrial, potência mínima de 1,6 kw. Combustível motor: gasolina. Capacidade tanque combustível: 0,37 L. Cilindrada motor: 40 cc (mínimo). Sabre de 33 a 45 cm, passo da corrente de 3/8 pol. Lubrificante e manual de instrução. Garantia mínima de 12 meses.	Und	5	xxx	xxx
					Total	xxx

GRUPO 2			QUANTIDADE E VALOR			
ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	Unidade	Quantidade	Valor Unit. (R\$)	Valor total (R\$)
15	438645	Enxada em aço carbono, largura mínima de corte de 29 cm e cabo de madeira com no mínimo 145 cm de comprimento.	Und	20	xxx	xxx
16	466631	Pá em aço carbono em formato de bico e dimensão mín. de 32 x 27 cm. Cabo de madeira com no mín.70 cm de comprimento e empunhadura ergonômica.	Und	10	xxx	xxx
17	438599	Vassoura de Jardinagem do tipo regulável. Cerdas em aço carbono com no mín. 18 dentes. Cabo de madeira com 120 cm.	Und	20	xxx	xxx
18	483878	Tesouras de poda. Lâmina em aço com 6 cm (mín.). Cabo revestido com plástico. Mola e fecho.	Und	20	xxx	xxx
19	355376	Regador. Corpo e alça em plástico com bico tipo chuveiro. Capacidade 10 litros.	Und	10	xxx	xxx
20	468625	Carrinho de mão. Caçamba em chapa de aço galvanizado, com roda, pneu e câmara. Capacidade para 50 kg. Pintura eletrostática na cor preta. Dimensões 68 x 132 x 54,5 cm. Padrão de adesivagem nas laterais do carrinho, conforme figura 2 do Anexo III.	Und	10	xxx	xxx
21	221154	Garfo para Jardinagem em aço, cabo de madeira medindo 17,5 cm (mínimo). Largura do garfo 7,2 cm (mínimo).	Und	20	xxx	xxx
22	313879	Sacho em aço carbono com uma ou duas pontas, 25 x 9 cm (comprimento x largura mínimos), cabo em madeira com 40 cm (mínimo).	Und	20	xxx	xxx
23	321859	Pulverizador Costal manual. Tanque em polietileno com capacidade de 20 litros. Boca com diâmetro de 14 cm. Lança de 60 cm com mangueira, gatilho e bico pulverizador. Pressão de trabalho: 15 a 90 LB/POL ² . Padrão de adesivagem, conforme figura 2 do Anexo III.	Und	5	xxx	xxx
24	329425	Machado em aço carbono. Lâmina de 12 cm (mínimo) com tratamento térmico. Cabo de 90 cm (mínimo) em madeira.	Und	5	xxx	xxx
25	452373	Facão em aço carbono. Cabo em polietileno. Comprimento mínimo de 18 pol.	Und	20	xxx	xxx
26	601983	Cavadeira Aticulada Lâmina em aço carbono Sae 1042. Cabo de madeira com comprimento mínimo de 120 cm. Garras com comprimento mínimo de 28 cm.	Und	50	xxx	xxx

27	449873	Roçadeira Lateral, motor 2 tempos, gasolina, potência 1,7 KW (mínimo), capacidade do tanque mínimo 1 L, com alças que prende nas costas, misturador de combustível, carretel fio de nylon, lâmina de corte, kit ferramentas e manual de instrução. Garantia mínima de 12 meses.	Und	2	xxx	xxx
28	487734	Motosserra industrial, potência mínima de 1,6 kw. Combustível motor: gasolina. Capacidade tanque combustível: 0,37 L. Cilindrada motor: 40 cc (mínimo). Sabre de 33 a 45 cm, passo da corrente de 3/8 pol. Lubrificante e manual de instrução. Garantia mínima de 12 meses.	Und	1	xxx	xxx
					Total	xxx

GRUPO 3			QUANTIDADE E VALOR			
ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	Unidade	Quantidade	Valor Unit. (R\$)	Valor total (R\$)
29	260449	Vestuário de Proteção Para Aplicação de Agrotóxico. Confeccionado em tecido 50 % algodão e 50 % poliéster, Hidrorepelente com sarja em fibra de algodão no lado interno. Composto por: Japona com mangas compridas e barra ajustável; Calça com ajuste na cintura e reforço impermeável de PVC até a altura do joelho; Boné tipo árabe com aba e saía para proteção de cabeça, pescoço e ombros; Protetor facial (viseira) em acetato transparente, almofadado e com ajuste em velcro; Avental impermeável em pvc com ajuste costal. Com Certificado de aprovação – CA.	Conj	25	xxx	xxx
30	612083	Bota de Segurança para aplicação de agrotóxico. Material em PVC injetado, sola em borracha antiderrapante, cor preta, tamanho 40, cano médio, impermeável. Com Certificado de Aprovação - CA.	Und	25	xxx	xxx
31	413620	Luva de Proteção. Borracha nitrílica, tamanho sob medida, cano médio, ambidestra, antiderrapante, impermeável, reutilizável para tratamento fitossanitário. Com Certificado de Aprovação - CA.	Und	25	xxx	xxx
32	486918	Respirador. Material: Camadas fibras sintéticas, classe PFF3, eficiência mínima de filtração de 99% - SI. Dois pontos de fixação, clipe nasal e válvula de exalação, tamanho único, tipo semifacial. Uso descartável. Com Certificado de Aprovação - CA.	Und	250	xxx	xxx
					Total	xxx

GRUPO 4			QUANTIDADE E VALOR			
ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	Unidade	Quantidade	Valor Unit. (R\$)	Valor total (R\$)

33	260449	Vestuário de Proteção Para Aplicação de Agrotóxico. Confeccionado em tecido 50 % algodão e 50 % poliéster, Hidrorepelente com sarja em fibra de algodão no lado interno. Composto por: Japona com mangas compridas e barra ajustável; Calça com ajuste na cintura e reforço impermeável de PVC até a altura do Joelho; Boné tipo árabe com aba e saia para proteção de cabeça, pescoço e ombros; Protetor facial (viseira) em acetato transparente, almofadado e com ajuste em velcro; Avental impermeável em pvc com ajuste costal. Com Certificado de aprovação – CA.	Conj	5	xxx	xxx
34	612083	Bota de Segurança para aplicação de agrotóxico. Material em PVC injetado, sola em borracha antiderrapante, cor preta, tamanho 40, cano médio, impermeável. Com Certificado de Aprovação - CA.	Und	5	xxx	xxx
35	413620	Luva de Proteção. Borracha nitrílica, tamanho sob medida, cano médio, ambidestra, antiderrapante, impermeável, reutilizável para tratamento fitossanitário. Com Certificado de Aprovação - CA.	Und	5	xxx	xxx
36	486918	Respirador. Material: Camadas fibras sintéticas, classe PFF3, eficiência mínima de filtração de 99% - SI. Dois pontos de fixação, clipe nasal e válvula de exalação, tamanho único, tipo semifacial. Uso descartável. Com Certificado de Aprovação - CA.	Und	50	xxx	xxx
					Total	xxx

GRUPO 5		QUANTIDADE E VALOR				
ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	Unidade	Quantidade	Valor Unit. (R\$)	Valor total (R\$)
37	620721	Caixa colmeia para abelhas sem ferrão modelo INPA, composta por 01 ninho, 01 sobreninho, 01 melgueira e 01 tampa. Dimensões internas do ninho, sobreninho e melgueiras 15x 15 x 7,5 cm (L x C x A), espessura mínima da madeira de 2,5 cm. Uma entrada das abelhas com 0,8 cm de diâmetro no ninho. Divisão interna entre ninhos em forma de losango, círculo ou similar. Melgueira com fundo e espaço para passagem das abelhas. Colmeia em madeira de lei certificada seca em estufa (cedro, cedrinho) ou eucalipto seco em estufa. Logomarca da Codevasf estampada nas duas das laterais do ninho no tamanho 18 x 04 cm, conforme a figura 1 do Anexo III - utilizar tinta atóxica.	Und	60	xxx	xxx
38	610943	Chapéu Apícola, material de algodão, com véu/ tela para proteção. Anéis de metal na borda do chapéu e na altura do queixo.	Und	40	xxx	xxx
39	600811	Camisa de manga longa dry-fit, gola alta, com proteção fator UV50+. Material: 100% poliamida ou 90% poliamida e 10% elastano, tecido premium. COR: Branca. Tamanho G. Logomarca da Codevasf (com a seguinte frase abaixo da logo: Apoiando a Inclusão Produtiva) estampada na frente no tamanho 18 x 04 cm, conforme figura 1 do Anexo III. Tamanho G.	Und	40	xxx	xxx
40	354818	Canivete inox sem ponta com cabo plástico ABS. Lâmina com comprimento mínimo de 7 cm.	Und	20	xxx	xxx

41	614024	Bomba coletora de mel, Bivolt, Cabo alimentação, recipiente 600 ml (mínimo), tampa/mangueira adaptador, à vácuo 500 a 550 Mmhg. Com certificação do Inmetro.	Und	4	xxx	xxx
					Total	xxx

GRUPO 6		QUANTIDADE E VALOR				
ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	Unidade	Quantidade	Valor Unit. (R\$)	Valor total (R\$)
42	620721	Caixa colmeia para abelhas sem ferrão modelo INPA, composta por 01 ninho, 01 sobreninho, 01 melgueira e 01 tampa. Dimensões internas do ninho, sobreninho e melgueiras 15x 15 x 7,5 cm (L x C x A), espessura mínima da madeira de 2,5 cm. Uma entrada das abelhas com 0,8 cm de diâmetro no ninho. Divisão interna entre ninhos em forma de losango, círculo ou similar. Melgueira com fundo e espaço para passagem das abelhas. Colmeia em madeira de lei certificada seca em estufa (cedro, cedrinho) ou eucalipto seco em estufa. Logomarca da Codevasf estampada nas duas das laterais do ninho no tamanho 18 cm x 4 cm, conforme a figura 1 do Anexo III - utilizar tinta atóxica.	Und	30	xxx	xxx
43	610943	Chapéu Apícola, material de algodão, com véu/ tela para proteção. Anéis de metal na borda do chapéu e na altura do queixo.	Und	20	xxx	xxx
44	600811	Camisa de manga longa dry-fit, gola alta, com proteção fator UV50+. Material: 100% poliamida ou 90% poliamida e 10% elastano, tecido premium. COR: Branca. Tamanho G. Logomarca da Codevasf (com a seguinte frase abaixo da logo: Apoiando a Inclusão Produtiva) estampada na frente no tamanho 18 x 04 cm, conforme figura 1 do Anexo III. Tamanho G.	Und	20	xxx	xxx
45	354818	Canivete inox sem ponta com cabo plástico ABS. Lâmina com comprimento mínimo de 7 cm.	Und	10	xxx	xxx
46	614024	Bomba coletora de mel, Bivolt, Cabo alimentação, recipiente 600 ml (mínimo), tampa/mangueira adaptador, à vácuo 500 a 550 Mmhg. Com certificação do Inmetro.	Und	2	xxx	xxx
					Total	xxx

2. Cláusula Segunda - DOS DOCUMENTOS

2.1. Os serviços objeto deste contrato serão executados com fiel observância a este instrumento e demais documentos a seguir mencionados, que integram o presente contrato, independentemente de transcrição:

- a) **Edital nº XX/2024** e seus Anexos;
- b) Termos de Referência e Anexos;
- c) Proposta da CONTRATADA, e sua documentação, datada de ___/___/__. (informar a data);
- d) Ata de Registro de Preços;
- e) Cronograma físico-financeiro;

- f) Matriz de Risco;
 - g) Demais documentos contidos no Processo nº 59513.000198/2024-70-e.
- 2.2. Em caso de divergência entre os documentos mencionados no item anterior e os termos deste contrato, prevalecerão os termos deste último.

3. Cláusula Terceira - PRAZO

- 3.1. O prazo de execução será de 120 (cento e vinte) dias, conforme item 11 do Anexo I – Termo de Referência, que integra o Edital nº [REDACTED], contado da data de emissão da Ordem de Fornecimento expedida pela CODEVASF.
- 3.2. O prazo para vigência do contrato, contado em dias, a partir da data de emissão da Ordem de Fornecimento, compreende o prazo de entrega do objeto informado acima, acrescido de mais 30 (trinta) dias para pagamento da Nota Fiscal e mais 60 (sessenta) dias consecutivos para expedição do Termo de Encerramento Físico dos fornecimentos, perfazendo um prazo total de vigência de 210 dias.
- 3.3. O contrato terá eficácia legal a partir da publicação do seu extrato no Diário Oficial da União, qualquer que seja o valor envolvido, tendo início e vencimento em dia de expediente na Codevasf, devendo-se excluir o primeiro e incluir o último, podendo ser prorrogado, caso:
- a) haja interesse da Codevasf;
 - b) sejam comprovadas as condições iniciais de habilitação financeira da contratada;
 - c) seja constatada em pesquisa que os preços contratados permanecem vantajosos para a Codevasf;
 - d) esteja justificada e motivada tecnicamente por escrito, em processo correspondente;
 - e) esteja previamente autorizada pela autoridade competente.
- 3.4. A prorrogação de vigência do contrato deverá ser devidamente justificada no respectivo processo administrativo.
- 3.5. Os pedidos de prorrogação de vigência dos contratos pelo contratado serão analisados pelo Fiscal do Contrato e/ou ao titular da unidade orgânica demandante, que emitirá parecer quanto à necessidade de prorrogação e o encaminhará ao Gestor do Contrato para providências decorrentes.
- 3.6. O Gestor do Contrato, de posse dos documentos que compõem a solicitação de prorrogação de vigência do contrato, emitirá Nota Técnica e submeterá à Assessoria Jurídica para emissão de parecer.
- 3.7. Após emissão de parecer jurídico, sendo este favorável ao pleito, o Gestor do Contrato elaborará Proposição e submeterá à apreciação da Diretoria Executiva (ou a autoridade

competente), com vistas à autorização para celebração de Termo Aditivo.

- 3.8. Qualquer pedido de aditamento de prazo, no interesse da CONTRATADA, somente será apreciado pela CODEVASF se manifestado expressamente, por escrito, até 30 (trinta) dias antes do vencimento do Contrato.
- 3.9. A expedição da “Ordem de Fornecimento” somente se efetivará após a publicação do extrato do Contrato no “Diário Oficial da União” e entrega das “Garantias de Cumprimento do Contrato e Riscos de Engenharia”, na Unidade de Finanças da Codevasf.
- 3.10. Os prazos de início das etapas de execução, de conclusão e de entrega do objeto contratado admitirão prorrogação, mantidas as demais cláusulas do contrato e assegurada a manutenção de seu equilíbrio econômico-financeiro, desde que ocorra algum dos seguintes motivos, devidamente autuados em processo:
- a) quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;
 - b) quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por esta Lei;
 - c) quando conveniente a substituição da garantia de execução;
 - d) quando necessária a modificação do regime de execução da obra ou serviço, bem como do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;
 - e) quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado, vedada a antecipação do pagamento, com relação ao cronograma financeiro fixado, sem a correspondente contraprestação de fornecimento de bens ou execução de obra ou serviço;
 - f) para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.
- 3.11. A cada prorrogação a CONTRATADA deverá apresentar certidões comprobatórias de sua regularidade fiscal e trabalhista ou comprovante de regularidade do SICAF, assim como suas condições habilitatórias. Caso não se verifique que a empresa regularizou sua situação, estará sujeita às sanções previstas neste Edital, bem como ao enquadramento nos motivos do Art. 143 do Regulamento Interno de Licitações da Codevasf.
- 3.12. O Termo Aditivo que prorrogar vigência contratual que implique em alteração no valor do contrato conterá cláusula especificando o respectivo valor.

4. Cláusula Quarta - VALOR

- 4.1. O valor global deste contrato é de R\$ (.....), obedecidos os preços **por grupo** constantes da Proposta Financeira da CONTRATADA.
- 4.2. O valor-teto estabelecido na Nota de Empenho emitida pela CODEVASF não poderá ser ultrapassado pela CONTRATADA, salvo no caso de expedição de empenho complementar.

4.3. A infringência do disposto no item anterior impedirá a CONTRATADA de participar de novas licitações ou assinar contratos com a CODEVASF, pelo prazo de 06 (seis) meses, a partir da verificação do evento.

4.4. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação. No caso de omissão, considerar-se-ão como inclusas nos preços.

5. Cláusula Quinta - RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

5.1. As despesas correrão à conta Programa de Trabalho nº _____ – _____, Categoria Econômica _____, sob gestão da Área de Gestão Administrativa e Suporte Logístico da Codevasf, conforme Nota de Empenho nº _____, emitida em __/__/20__.

6. Cláusula Sexta - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

6.1. O pagamento do objeto deste Edital será realizado conforme as condições estabelecidas no item 12 do Termo de Referência, Anexo I que integra o Edital nº _____, que faz parte integrante do mesmo. Será efetuado em reais, contra a apresentação das Notas Fiscais/Faturas devidamente atestadas pela Fiscalização da CODEVASF, e de acordo com o cumprimento dos seguintes eventos, observados ainda os subitens seguintes:

a) 100% (cem por cento) após a entrega e montagem, se for o caso, no local de recepção, com o atesto da nota fiscal de agente fiscalizador indicado pela CODEVASF que estará no local para essa tarefa.

6.2. Para efeito de pagamento será observado o prazo de até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir do ateste pela fiscalização da Codevasf nas faturas/notas fiscais da contratada.

6.2.1. O atesto da fiscalização deverá ser efetuado no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a entrega das faturas/notas fiscais.

6.2.2. Caso a fiscalização não ateste a faturas/notas fiscais, os documentos apresentados serão devolvidos à empresa contratada, sendo o prazo estabelecido no subitem 6.2 reiniciado após a entrega da nova documentação corrigida.

6.3. As Faturas/Notas Fiscais deverão vir acompanhadas da documentação relativa a cada fornecimento faturado, devidamente atestado pela Fiscalização, isentas de erros ou omissões, com destaque das alíquotas tributárias incidentes e com a indicação do domicílio bancário, agência, localidade e número da conta corrente para recebimento dos respectivos créditos.

6.3.1. Por não ser a CODEVASF contribuinte do ICMS, fica estabelecido que a alíquota do imposto a ser destacada na nota fiscal será aquela praticada na operação interna, conforme art. 155, § 2º, inciso VII, letra “b”, da Constituição Federal/88.

6.3.2. A Nota Fiscal/Fatura deverá destacar:

- a) O valor do IR e demais contribuições incidentes, para fins de retenção na fonte, de acordo com o artigo 2º da IN/SRF N° 1.234/2012 e suas alterações, ou informar a isenção, não incidência ou alíquota zero, e respectivo enquadramento legal, sob pena de retenção do imposto de renda e das contribuições sobre o valor total do documento fiscal, no percentual correspondente à natureza do bem ou serviço prestado.
- 6.4. Os documentos de cobrança indicarão, obrigatoriamente, o número e a data de emissão da Nota de Empenho, emitida pela CODEVASF, e, que cubram a execução do objeto
- 6.5. É de inteira responsabilidade da empresa contratada a entrega à CODEVASF dos documentos de cobrança acompanhados dos seus respectivos anexos de forma clara, objetiva e ordenada, que se não atendido, implica desconsideração pela CODEVASF dos prazos estabelecidos.
- 6.6. As faturas só serão liberadas para pagamento depois de aprovadas pela área gestora, e deverão estar isentas de erros ou omissões, sem o que, serão, de forma imediata, devolvidas ao licitante vencedor para correções, não se alterando a data de adimplimento da obrigação.
- 6.7. No ato da entrega, será feita a conferência de cada item entregue, atestando que os mesmos estão de acordo com as especificações técnicas que integraram este Termo de Referência.
- 6.8. O pagamento será efetuado após a conferência dos itens e da nota fiscal, em moeda corrente nacional, após o atesto do Fiscal do Contrato na nota fiscal e encaminhada para pagamento. A CONTRATADA deverá estar em situação regular no SICAF.
- 6.9. Caso a contratada seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES NACIONAL, deverá apresentar, juntamente com a Nota Fiscal/Fatura, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor.
- 6.10. O pagamento será efetuado através de ordem bancária, e creditado em qualquer entidade bancária indicada na proposta, devendo para isto, ficarem explicitados o nome do Banco, Agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito, após a aceitação e atesto das Notas Fiscais/Faturas.
- 6.11. A contratada se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas.
- 6.12. Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, após a assinatura do contrato, de comprovada repercussão nos preços contratuais, ensejará a revisão destes, para mais ou para menos, conforme o caso.
- 6.13. Ficam excluídos da hipótese referida no item anterior, tributos ou encargos legais que, por sua natureza jurídica tributária (impostos diretos e/ou pessoais) não reflitam diretamente nos preços do objeto contratual.

- 6.14. Eventual solicitação de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato será analisada consoante os pressupostos da Teoria da Imprevisão, nos termos como dispõe o artigo 81, inciso VI, da Lei nº 13.303/2016.
- 6.15. Será considerado em atraso, o pagamento efetuado após o prazo estabelecido no subitem 6.2, caso em que a CODEVASF efetuará atualização financeira, aplicando-se a seguinte fórmula:

AM = P x I, onde:

AM = Atualização Monetária;

P = Valor da Parcela a ser paga; e

I = Percentual de atualização monetária, assim apurado:

I = (1+im1/100)^{dx1/30} x (1+im2/100)^{dx2/30} x ... x (1+imn/100)^{dxn/30} - 1, onde:

i = Variação do Índice de Preço ao Consumidor Amplo - IPCA no mês “m”;

d = Número de dias em atraso no mês “m”;

m = Meses considerados para o cálculo da atualização monetária

- 6.15.1. Não sendo conhecido o índice para o período, será utilizado no cálculo, o último índice conhecido.
- 6.15.2. Quando utilizar o último índice conhecido, o cálculo do valor ajustado será procedido tão logo seja publicado o índice definitivo correspondente ao período de atraso. Não caberá qualquer remuneração a título de correção monetária para pagamento decorrente do acerto de índice.

7. Cláusula Sétima – REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS

- 7.1. Os preços referentes ao contrato firmado com a CONTRATADA permanecerão válidos pelo período de um ano contado da data de apresentação da proposta. Após o período estabelecido, serão adotados os critérios de reajustamento previstos no item 13 do Termo de Referência, Anexo I do Edital nº XXXXX/202x.

FÓRMULA DE REAJUSTAMENTO

$$R = V \left[\frac{I1 - I0}{I0} \right], \text{ onde:}$$

Onde:

“R” é o valor do reajuste procurado

“V” é o valor contratual a ser reajustado

“I1” é o índice correspondente ao mês do aniversário da Proposta

“I0” é o índice inicial correspondente ao mês de apresentação da Proposta

- 7.1.1. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste

- 7.1.2. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado em substituição o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
- 7.1.3. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente.

8. Cláusula Oitava - MULTA

- 8.1. Nos casos de atrasos na execução do fornecimento do objeto contratado, por culpa exclusiva da CONTRATADA, cabe a aplicação de multa sobre o valor do contrato/ordem de fornecimento por dia, sem prejuízo das demais sanções previstas na legislação e no Regulamento Interno de Licitações e Contratos, conforme abaixo:
- a) 0,2% (dois décimos por cento) do valor do contrato/ordem de fornecimento por dia de atraso na entrega, até o máximo de 12% (doze por cento).
- 8.2. Nos casos de inexecução total ou parcial do objeto, por culpa exclusiva da CONTRATADA, será cobrada multa baseada no valor do contrato/ordem de fornecimento, sem prejuízo das demais sanções previstas na legislação e no Regulamento Interno de Licitações e Contratos, conforme abaixo:
- a) Até o máximo de 10% (dez por cento) do valor do contrato no caso de inexecução parcial do contrato/ordem de fornecimento conforme a Tabela 1;
- b) Até o máximo de 10% (dez por cento) do valor do contrato no caso de descumprimento das obrigações contratuais descritas na Tabela 2;
- c) 12% (doze por cento) do valor do contrato/ordem de fornecimento no caso de inexecução total.

Tabela 01 – Inadimplências e o respectivo grau de penalidade - inexecução parcial

Inadimplências	Grau de Penalidade	Percentual do valor do contrato
Execução parcial de até 80% do valor contratual	01	2%
Execução parcial de até 60% do valor contratual	02	4%
Execução parcial de até 40% do valor contratual	03	8%
Execução parcial de até 20% do valor contratual	04	10%

Tabela 02 – Descumprimento de obrigação contratual e a respectivo penalidade

Ocorrência	Cálculo da multa
Não atendimento às determinações estipuladas pela FISCALIZAÇÃO, no prazo por ela estabelecido, desde que seja comunicada à CONTRATADA, através de comunicação formal do fiscal.	R\$ 100,00 por dia de atraso
Não apresentação de itens exigidos em cláusulas editalícias ou contratuais, dentro do prazo estabelecido.	R\$ 500,00 por dia de atraso

- 8.3. Comprovando o impedimento ou reconhecida a força maior, devidamente justificados e aceitos pela FISCALIZAÇÃO, em relação a um dos eventos arrolados na Tabela 01, a CONTRATADA ficará isenta das penalidades mencionadas.
- 8.4. A multa será calculada na forma prevista no edital ou no contrato e não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 25% (vinte e cinco por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado, conforme previsão do artigo 165 do RILC.
- 8.5. Ocorrida a inadimplência, a multa será aplicada pela Codevasf, após regular processo administrativo, observando-se o seguinte.
- a. A multa será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente;
 - b. Caso o valor do faturamento seja insuficiente para cobrir a multa, a contratada será convocada para complementação do seu valor no prazo de 5 (cinco) dias a contar da data da convocação;
 - c. Não havendo qualquer importância a ser recebida pela contratada, esta será convocada a recolher à Gerência de Finanças da Codevasf – AA/GFN o valor total da multa, no prazo de 5 (cinco) dias, contado a partir da data da comunicação.
- 8.6. O licitante vencedor terá um prazo inicialmente de 10(dez) dias úteis para defesa prévia e, posteriormente, diante de uma eventual decisão que lhe tenha sido desfavorável, terá mais um prazo de 10(dez) dias úteis, contado a partir da data de ciência da aplicação multa, para apresentar recurso à Codevasf. Ouvida a fiscalização e acompanhamento do contrato, o recurso será encaminhado à Assessoria Jurídica da Superintendência Regional/Sede, que procederá ao seu exame.
- 8.7. Após o procedimento estabelecido no item anterior, o recurso será apreciado pela Diretoria Executiva da Codevasf, que poderá relevar ou não a multa.
- 8.8. Em caso de relevação da multa, a Codevasf se reserva o direito de cobrar perdas e danos porventura cabíveis em razão do inadimplemento de outras obrigações, não constituindo a relevação novação contratual nem desistência dos direitos que lhe forem assegurados.
- 8.9. Caso a Diretoria Executiva mantenha a multa, não caberá novo recurso administrativo.
- 9. Cláusula Nona - DA GARANTIA DE EXECUÇÃO**
- 9.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.
- 10. Cláusula Décima – RECEBIMENTO DEFINITIVO DOS FORNECIMENTOS**
- 10.1. As condições de entrega e recebimento do objeto são aquelas previstas no item 17 do Termo de Referência, Anexo I do Edital **XX/20__**.
- 11. Cláusula Décima Primeira – FISCALIZAÇÃO**

11.1. O acompanhamento e fiscalização dar-se-ão conforme item 18 do Termo de Referência, Anexo I do Edital **XX/20__**.

12. Cláusula Décima Segunda - CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

12.1. A observância ao Critério de Sustentabilidade Ambiental será de acordo o previsto no item 19 do Termo de Referência, Anexo I do Edital **XX/20__**

13. Cláusula Décima Terceira - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

13.1. A observância às Obrigações da Empresa Contratada será de acordo com o previsto no item 20 do Termo de Referência, Anexo I do Edital **XX/20__**

14. Cláusula Décima Quarta - OBRIGAÇÕES DA CODEVASF.

14.1. A observância às Obrigações da Empresa Contratante será de acordo com o previsto no item 21 do Termo de Referência, Anexo I do Edital **XX/20__**

15. Cláusula Décima Quinta - DA GARANTIA DOS MATERIAIS

15.1. A garantia consta do Termo de Referência – Anexo I, parte integrante do Edital em questão.

16. Cláusula Décima Sexta – DA MATRIZ DE RISCO

16.1. A matriz de risco está apresentada em anexo a este contrato, com o objetivo de definir os riscos a que está exposta à execução do objeto, advindas de eventos supervenientes à contratação, dado relevante para sua identificação, prevenção e respectivas responsabilidades pela eventual ocorrência, bem como para o dimensionamento das propostas pelas licitantes.

16.2. A contratada não é responsável pelos riscos relacionados ao objeto do ajuste cuja responsabilidade na Matriz de Riscos seja da Codevasf.

16.3. A contratada é integral e exclusivamente responsável por todos os riscos relacionados ao objeto do ajuste, inclusive, sem limitação, daqueles alocados para a contratada.

16.4. Constitui peça integrante do contrato a Matriz de Riscos, independentemente de transcrição no instrumento.

16.5. A contratada tem pleno conhecimento, quando da participação do processo licitatório, da natureza e extensão dos riscos por ela assumidos e deve levar tais riscos em consideração na formulação de sua proposta.

16.6. O termo risco no contrato é designado como um evento ou uma condição incerta que, se ocorrer, tem um efeito em pelo menos um objetivo do objeto contratual. O risco é o resultado da combinação entre probabilidade de ocorrência de determinado evento futuro e o impacto resultante caso ele ocorra. Esse conceito pode ser ainda mais específico ao se classificar o risco como a probabilidade de ocorrência de um determinado evento que gere impactos econômicos positivos ou negativos, bem como no prazo de execução do contrato.

16.7. Sempre que atendidas as condições do contrato e mantidas as disposições do contrato e as disposições da matriz de riscos, considera-se mantido seu equilíbrio econômico-financeiro.

- 16.8. A Contratada somente poderá solicitar a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro ou aditivo de prazo nas hipóteses excluídas de sua responsabilidade na matriz de riscos.
- 16.9. Os casos omissos na matriz de riscos serão objeto de análise acurada e criteriosa, lastreada em elementos técnicos, por intermédio de processo administrativo para apurar o caso concreto.
- 16.10. A referida matriz de riscos é parte integrante do contrato, pois tais obrigações são de resultado e devidamente delimitadas neste TR.

17. Cláusula Décima Sétima – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 17.1. Para a apuração das infrações contratuais ou outras cometidas nas Licitações Codevasf, a Codevasf, respeitado o contraditório e ampla defesa, deverá instaurar processo para apuração da responsabilidade do infrator, podendo impor as seguintes penalidades ao contratado ou licitante:

- I. Advertência;
- II. Multa, na forma descrita no Termo de Referência, Anexo I deste Edital;
- III. Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a CODEVASF, por prazo não superior a 02 (dois) anos, o licitante e contratado que:
 - a) Convocado dentro do prazo de validade da sua proposta não celebrar o contrato;
 - b) Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou apresentar documento falso;
 - c) Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
 - d) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
 - e) Não manter a proposta, salvo se em decorrência de fato superveniente, devidamente justificado;
 - f) Fraudar a licitação ou praticar atos fraudulentos na execução do contrato;
 - g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal; ou
 - h) Der causa à inexecução total ou parcial do contrato.

- 17.1.1.** A sanção prevista no inciso I do subitem 17.1 consiste em uma comunicação formal ao licitante/contratado, advertindo-lhe sobre o descumprimento de obrigação legal assumida, cláusula contratual ou falha na execução do serviço ou fornecimento, determinando que seja sanada **a impropriedade, notificando-o** de que, em caso de inobservância ou reincidência, sanção mais elevada poderá ser aplicada.

- 17.1.2. As sanções definidas no inciso III do subitem 17.1 poderão ser majoradas em 1/2 (um meio) nos seguintes casos, em função do prazo base originário da sanção:
- a) Se o apenado for reincidente; e
 - b) Se a falta do apenado tiver produzido prejuízos relevantes para a empresa.
- 17.1.3. As sanções definidas no inciso III do subitem 23.1 **poderão ser atenuadas em 1/4 (um quarto)** nos seguintes casos em função do prazo base originário da sanção:
- a) Se o apenado não for reincidente;
 - b) Se a falta do apenado não tiver produzido prejuízos relevantes para a empresa;
 - c) Se o apenado tiver reconhecido a falta e se dispuser a tomar medidas para corrigi-la; e
 - d) Se o apenado comprovar a existência e a eficácia de procedimentos internos de integridade, de acordo com os requisitos do artigo 56 do Decreto nº. 11.129/2022.
- 17.2. Aos atos praticados após a etapa da licitação poderão ser aplicadas as penalidades constantes do subitem 17.1 deste Edital.
- 17.3. Na aplicação de sanções ao contratado será assegurada a observância do contraditório e ampla defesa, garantindo-se o prazo de 10 (dez) dias úteis para apresentação de defesa prévia pelo contratado.
- 17.4. As sanções de advertência e de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar podem ser cumuladas com a de multa.
- 17.5. A sanção de suspensão, prevista no subitem 17.1 observará os parâmetros estabelecidos no RILC da CODEVASF, e poderá ser aplicada às empresas ou aos profissionais que, em razão dos contratos:
- a. Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
 - b. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação; ou
 - c. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a CODEVASF, em virtude de atos ilícitos praticados.
- 17.6. Constituem atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, as condutas descritas nos incisos de I a V, do art. 5º da Lei 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), sujeitando-se as empresas licitantes e as empresas contratadas às penalidades previstas no art. 6º, da mesma lei, seguindo a regulamentação do Decreto nº 11.129/2022.
- 17.7. Os atos previstos no item 23.1, que também sejam tipificados como atos lesivos à lei 12.846/2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, conforme regulamentação do Decreto nº 11.129/2022.
- 17.8. Constitui crime contra a Administração Pública, sujeitando-se às penalidades do Código Penal Brasileiro, as condutas descritas nos artigos 337-E a 337-O, em razão do disposto no art. 41 da Lei 13.303/2016.

17.9. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF e no Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS).

17.10. No caso da aplicação das penas de advertência, multa, suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Codevasf, caberá recurso no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data da intimação ou da lavratura da ata.

18. Cláusula Décima Oitava – CÓDIGO DE CONDUTA ÉTICA E INTEGRIDADE

18.1. A observância ao Código de Conduta Ética e Integridade da Codevasf será de acordo com o previsto no item 24 do [Edital XX/20](#).

19. Cláusula Décima Nona - ADITAMENTO CONTRATUAL

19.1. A celebração de termo aditivo contratual está condicionada a verificação da regularidade em relação aos encargos sociais, trabalhistas e com a Fazenda Pública, a ser comprovada mediante consulta ao SICAF, CADIN ou certidões comprobatórias.

20. Cláusula Vigésima - DANO PATRIMONIAL OU EXTRAPATRIMONIAL

20.1. A CONTRATADA será responsável, na forma da lei, por quaisquer danos ou prejuízos provenientes de vícios e/ou defeitos na execução dos serviços contratados causados à CODEVASF ou a terceiros.

20.2. Correrão por conta da CONTRATADA as despesas que tiverem de ser feitas, por ela ou pela CODEVASF, para reparação desses danos ou prejuízos.

20.3. A CODEVASF não indenizará os prejuízos que possam advir de erro ou equívoco na proposta da contratada.

21. Cláusula Vigésima Primeira - DOS FORNECIMENTOS EXTRACONTRATUAIS

21.1. Respeitados os limites estabelecidos no parágrafo 1º do artigo 81 da Lei 13.303/2016, os fornecimentos eventualmente necessários e não previstos na Planilha de Preços deverão ter execução previamente autorizada por Termo de Alteração Contratual.

21.2. Devem ser registradas por meio de termo aditivo eventuais alterações que ocorrerem durante a execução do contrato, especialmente as referentes aos fornecimentos extras motivados pela CODEVASF. Os fornecimentos extras contratuais não contemplados na planilha de preços da CONTRATADA deverão ter seus preços fixados mediante prévio acordo. Ambas as hipóteses deverão ser previamente autorizadas/aprovadas pela CODEVASF ou por preposto por ela designado.

22. Cláusula Vigésima Segunda - RESCISÃO

22.1. Constituem **motivos, dentre outros, para rescisão do contrato:**

- i. o não cumprimento ou cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;
- ii. a lentidão no seu cumprimento, levando a Codevasf a presumir, por meio de parecer técnico devidamente fundamentado, a não conclusão da obra, do serviço

- ou do fornecimento, nos prazos estipulados;
- iii. o atraso injustificado no início da obra, serviço ou fornecimento;
 - iv. a paralisação da obra, do serviço ou do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à Codevasf;
 - v. a subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação da contratada com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, exceto se admitida no edital e no contrato e autorizada pela Codevasf, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem a boa execução deste;
 - vi. o não atendimento das determinações regulares do preposto da Codevasf designado para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;
 - vii. o cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas em registro próprio;
 - viii. a decretação da falência ou a instauração de insolvência civil;
 - ix. a dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;
 - x. a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que faça a Codevasf presumir, por meio de parecer técnico devidamente fundamentado, prejuízo à execução da obra ou serviço;
 - xi. razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;
 - xii. a supressão, por parte da Administração, de obras, serviços ou compras, acarretando modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no § 1º do art. 81 da Lei 13.303/2016;
 - xiii. a suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;
 - xiv. o atraso superior 60 (sessenta) dias dos pagamentos devidos pela Administração decorrentes de obras, serviços ou fornecimento, ou parcelas destes já recebidas ou executadas, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;
 - xv. a não liberação, por parte da Administração, de área, local ou objeto para execução de obra, serviço ou fornecimento, nos prazos contratuais, bem como das fontes de materiais naturais especificadas no projeto;
 - xvi. a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato;
 - xvii. descumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

22.2. Os casos de rescisão contratual deverão ser formalmente motivados nos autos do processo, devendo ser assegurado o contraditório e o direito de prévia e ampla defesa, sem prejuízo das sanções cabíveis

23. Cláusula Vigésima Terceira - PUBLICAÇÃO

23.1. A CODEVASF providenciará a publicação do presente Contrato, em extrato, no Diário Oficial da União – Seção 3, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias daquela data.

24. Cláusula Vigésima Quarta - FORO

24.1. O Foro da Justiça Federal da Seção Judiciária do Amapá será o competente para dirimir questões oriundas da presente convocação, renunciando as partes, a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

24.2. E, por estarem de acordo com as condições aqui estipuladas, lavrou-se o presente instrumento contratual, em 03 (três) vias de igual teor e para o mesmo efeito que, lido e achado conforme, é assinado pelas partes e pelas testemunhas.

....., de..... de 20.....

HILTON ROGÉRIO MAIA CARDOSO

Superintendente

11ª Superintendência Regional – CODEVASF

Responsável legal da CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

a)
CPF/MF nº

b)
CPF/MF nº